

CONCURSO PÚBLICO

006. PROVA OBJETIVA

ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS I

ÁREA DE TRABALHO: RELAÇÕES INSTITUCIONAIS (CÓD. E05)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 80 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ É vedado, em qualquer parte do material recebido, o uso de corretor de texto, de caneta marca-texto ou de qualquer outro material similar.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **06**.

A revolução digital fortalece as previsões de que as casas ou lares inteligentes oferecerão mais conveniência e menos dispêndio de energia em um futuro próximo.

A definição de conveniência para esses novos lares tecnológicos está ligada ao ganho de tempo para os moradores, com redução ou eliminação de trabalhos domésticos. Portanto, para que as edificações inteligentes tenham sucesso, elas deverão se estruturar com base nessa visão de conveniência como solução para os que vivem em um mundo acelerado e estar ancoradas em uma grande variedade de sistemas tecnológicos acessíveis e fáceis de operar, tornando a vida das pessoas mais simples.

Além da conveniência, outro relevante benefício das casas inteligentes para os consumidores é a sua capacidade de incorporar aspectos relacionados à administração do gasto de energia, principalmente com iluminação, condicionamento de ar e eletrodomésticos. Um conjunto de sensores, adequadamente configurados para gerenciar esses sistemas, pode gerar diminuição considerável nos gastos com energia, com reflexos ambientais e econômicos importantes.

O departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia desenvolveu um estudo para avaliar a economia no consumo de energia gerada com o uso de sensores inteligentes em um apartamento de um dormitório, cozinha, sala de estar, sala de jantar e banheiro. O estudo concluiu que a economia pode chegar a quase 40% do consumo médio mensal de energia.

A tendência de crescimento desse mercado é clara. A empresa de pesquisas Zion Market Research prevê que a tecnologia das casas inteligentes deve alcançar um faturamento de US\$ 53 bilhões (R\$ 170 bi) em 2022. O crescimento estará calcado, principalmente, na conexão da casa com os ambientes digitais externos, como, por exemplo, a conexão do refrigerador com os equipamentos dos fornecedores de alimentos.

Naturalmente, a tecnologia das casas inteligentes continuará a evoluir, tornando-se acessível e barata. Com isso, mais pessoas poderão utilizar-se dela, e novos padrões, modelos e estilos de vida devem se consolidar, principalmente nas áreas urbanas.

(Claudio Bernardes. Casas inteligentes trarão conveniência e reduzirão gasto de energia. *Folha de S.Paulo*. www.folha.uol.com.br. 22.01.18. Adaptado)

- 01.** Na opinião do autor, a evolução da tecnologia das casas inteligentes
- (A) permitirá que a conexão de eletrodomésticos com fornecedores de energia reduza as necessidades de consumo.
 - (B) fará com que as pessoas passem a dedicar mais tempo a atividades domésticas em seu dia a dia.
 - (C) deverá se tornar mais barata em centros urbanos, o que acarretará uma intensificação do êxodo rural.
 - (D) levará a um menor gasto energético em decorrência do investimento público em fontes de energia renovável.
 - (E) ensejará o desenvolvimento de novos hábitos, especialmente entre os moradores de áreas urbanas.
- 02.** O autor organiza sua argumentação de modo a apresentar,
- (A) no último parágrafo, uma informação que contesta o que foi exposto nos parágrafos anteriores.
 - (B) nos parágrafos 2, 3 e 4, os dois principais benefícios das casas inteligentes apontados logo no parágrafo 1.
 - (C) no parágrafo 1, uma opinião para a qual expõe um argumento a favor e outro contra nos parágrafos 2 e 3, respectivamente.
 - (D) no parágrafo 3, uma ressalva para o que se explicita no parágrafo 2 acerca das edificações inteligentes.
 - (E) no parágrafo 2, uma informação polêmica que é contrariada logo em seguida, no parágrafo 3.
- 03.** Considere a frase:
- A empresa de pesquisas Zion Market Research prevê que a tecnologia das casas inteligentes **deve** alcançar um faturamento de US\$ 53 bilhões (R\$ 170 bi) em 2022.
- Nesse contexto, a forma verbal destacada exprime ideia de
- (A) comprovação.
 - (B) obrigatoriedade.
 - (C) refutação.
 - (D) probabilidade.
 - (E) recomendação.
- 04.** Um vocábulo empregado com sentido figurado está em destaque na seguinte passagem:
- (A) ... elas deverão [...] estar **ancoradas** em uma grande variedade de sistemas tecnológicos acessíveis... (2º parágrafo)
 - (B) ... administração do gasto de energia, principalmente com iluminação, condicionamento de **ar** e eletrodomésticos. (3º parágrafo)
 - (C) A definição de conveniência para esses novos lares tecnológicos está ligada ao ganho de tempo para os **moradores**... (2º parágrafo)
 - (D) ... outro **relevante** benefício das casas inteligentes para os consumidores... (3º parágrafo)
 - (E) ... a conexão do refrigerador com os equipamentos dos fornecedores de **alimentos**. (5º parágrafo)

05. Considere o trecho:

O departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia desenvolveu um estudo...

Esse trecho está reescrito, conforme a norma-padrão, com a forma verbal na voz passiva correspondente em:

- (A) Foi o departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia que desenvolveu um estudo.
- (B) Veio desenvolvendo um estudo o departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia.
- (C) Um estudo foi desenvolvido pelo departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia.
- (D) O departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia tinha desenvolvido um estudo.
- (E) Um estudo foi que desenvolveu o departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia.

06. Após o deslocamento da expressão destacada, permanece pontuada de acordo com a norma-padrão a frase:

- (A) A tecnologia das casas inteligentes continuará a evoluir tornando-se, **naturalmente** acessível e barata.
- (B) A tecnologia das casas inteligentes continuará a evoluir tornando-se **naturalmente**, acessível e barata.
- (C) A tecnologia das casas inteligentes continuará, **naturalmente** a evoluir tornando-se acessível e barata.
- (D) A tecnologia das casas inteligentes **naturalmente**, continuará a evoluir tornando-se acessível e barata.
- (E) A tecnologia das casas inteligentes continuará a evoluir, **naturalmente**, tornando-se acessível e barata.

Leia o texto para responder às questões de números 07 e 08.

Há pessoas que têm vergonha de viver: são os tímidos, entre os quais me incluo. Desculpem, por exemplo, estar tomando lugar no espaço. Desculpem eu ser eu. Quero ficar só! grita a alma do tímido que só se liberta na solidão. Contraditoriamente quer o quente aconchego das pessoas.

E para pedir aumento de salário – a tortura. Como começar? Apresentar-se com fingida segurança de quem sabe quanto vale em dinheiro – ou apresentar-se como se é, desajeitado e excessivamente humilde.

O que faz então? Mas é que há a grande ousadia dos tímidos. E de repente cheio de audácia pelo aumento com um tom reivindicativo que parece contundente. Mas logo depois, espantado, sente-se mal, julga imerecido o aumento, fica todo infeliz.

(Clarice Lispector. Vergonha de viver. *Aprendendo a viver*. Rio de Janeiro, Rocco Digital, 2013. Adaptado)

07. A contradição que a autora identifica no comportamento dos tímidos diz respeito ao fato de

- (A) camuflarem uma segurança ao pedirem aumento de salário.
- (B) desejarem permanecer igualmente isolados e acompanhados.
- (C) se portarem de modo desajeitado na hora de pedir aumento.
- (D) se sentirem oprimidos mesmo quando estão sozinhos.
- (E) ficarem envergonhados diante do próprio fato de existirem.

08. São empregadas como sinônimas, no texto, as palavras:

- (A) reivindicativo; contundente (3º parágrafo).
- (B) vergonha; solidão (1º parágrafo).
- (C) espantado; imerecido (3º parágrafo).
- (D) alma; aconchego (1º parágrafo).
- (E) ousadia; audácia (3º parágrafo).

09. A concordância está em conformidade com a norma-padrão na frase:

- (A) São comuns que os tímidos se culpem depois de terem se exposto em certa ocasião.
- (B) Devem haver ousadia e timidez em todos, o que muda é a forma como são vivenciadas.
- (C) Os tímidos consideram torturante ter de pedir aumento, mas o fazem por necessidade.
- (D) Embora aos tímidos não sejam agradáveis pedir aumento, às vezes isso é necessário.
- (E) Muitos tímidos são capaz de tornar-se extremamente ousado em determinadas situações.

10. Assinale a alternativa em que o sinal indicativo de crase está empregado corretamente, conforme a norma-padrão.

- (A) Para os tímidos, pedir aumento assemelha-se à alguma tortura.
- (B) Atribui-se à timidez uma certa dificuldade em fazer amizades.
- (C) Vincula-se erroneamente aos tímidos à falta de coragem.
- (D) Muita gente relaciona timidez à uma certa atitude arrogante.
- (E) Normalmente, não se associa ousadia à pessoas tímidas.

11. No gráfico a seguir, constam informações sobre o número de irmãos de 25 pessoas pesquisadas. Sabe-se que as 25 pessoas não têm entre si relacionamento familiar e que os irmãos de cada entrevistado são filhos do mesmo pai e mãe.



Com base nas informações contidas no gráfico, é correto afirmar que o número de irmãos, na população pesquisada, é, necessariamente,

- (A) menor ou igual a 40.
 (B) igual a 41.
 (C) maior que 41 e menor que 45.
 (D) maior ou igual a 46.
 (E) igual a 45.
12. Em um grupo composto por 300 pessoas, o número das que são servidores públicos corresponde a quatro unidades a mais que a nona parte dos que são funcionários da iniciativa privada, e o número de pessoas que são autônomas corresponde a quatro vezes o número de servidores públicos. Se nesse grupo de pessoas há apenas os subgrupos mencionados, então a diferença entre o número de pessoas autônomas e o de servidores públicos é igual a
- (A) 72.
 (B) 57.
 (C) 66.
 (D) 39.
 (E) 45.
13. Certa quantidade x de litros de um produto, quando dividido em recipientes do tipo A, enche y recipientes, sobrando 6,4 litros. Quando essa quantidade é dividida em recipientes do tipo B, com capacidade de 12 litros cada um, enche um número de recipientes que é uma unidade a menos que y , e ainda sobram 10 litros. Em recipientes do tipo C, cada um com 11 litros, a mesma quantidade x enche um número de recipientes que é uma unidade a mais que y , sobrando 8 litros. Dessa forma, é correto afirmar que a capacidade de cada vasilhame do tipo A, em litros, é igual a
- (A) 11,9.
 (B) 11,8.
 (C) 11,6.
 (D) 11,5.
 (E) 11,7.

14. Sobre um grupo de candidatos para os cargos A, B e C, sabe-se que 30 se inscreveram para as provas de todos os três cargos, 40 se inscreveram somente para as provas dos cargos A e B, 55 se inscreveram somente para as provas dos cargos A e C, e 50 se inscreveram somente para as provas dos cargos B e C. Se 135 candidatos desse grupo se inscreveram para a prova do cargo A, 125 se inscreveram para a prova do cargo B, e 150 candidatos se inscreveram para a prova do cargo C, então é verdade que, das alternativas propostas, a que mais se aproxima da relação entre o número de candidatos que se inscreveram para uma única prova e o número total de candidatos desse grupo é
- (A) 19%.
 (B) 13%.
 (C) 17%.
 (D) 15%.
 (E) 11%.

15. Considere a sequência de figuras em que as primeiras são:

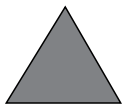


Figura 1
(triângulo)



Figura 2
(quadrado)

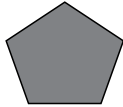


Figura 3
(pentágono)

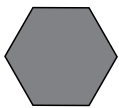


Figura 4
(hexágono)

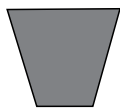


Figura 5
(trapézio)



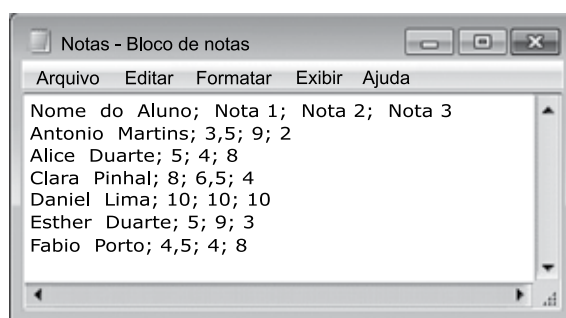
Figura 6
(losango)

Sabendo-se que a figura 7 é igual à figura 1, a figura 8 é igual à figura 2, a figura 9 é igual à figura 3, e assim por diante, é correto afirmar que a figura 148 é um

- (A) quadrado.
 (B) hexágono.
 (C) losango.
 (D) triângulo.
 (E) pentágono.
16. Considere *verdadeira* a afirmação “Se Márcia é Analista de Suporte, então Roberto é especialista em regulação” e *falsa* a afirmação “Márcia é Analista de Suporte e Roberto é especialista em regulação”.
 Nessas condições, é necessariamente verdade que
- (A) Márcia não é Analista de Suporte.
 (B) Márcia é Analista de Suporte.
 (C) Roberto é especialista em regulação.
 (D) Roberto não é especialista em regulação.
 (E) Márcia é Analista de Suporte ou Roberto não é especialista em regulação.

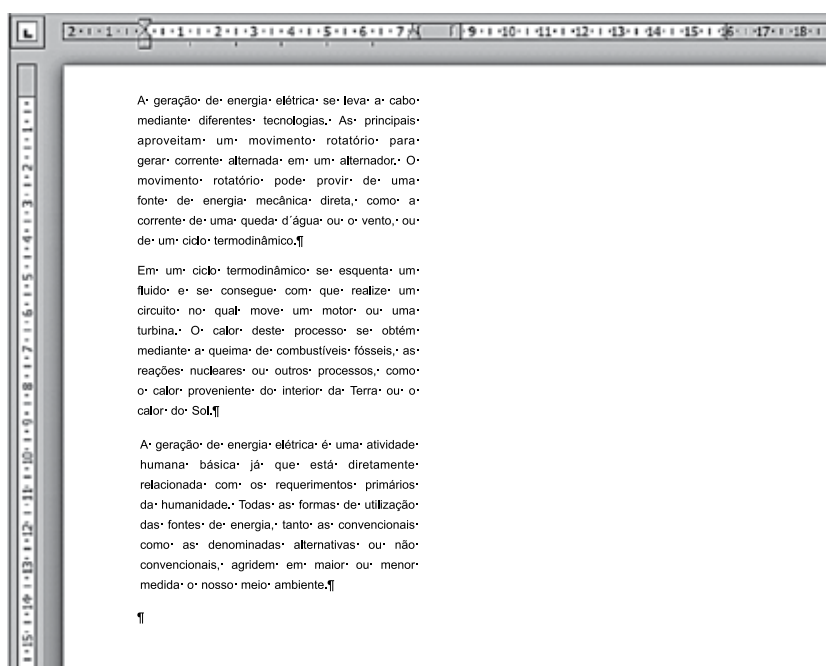
NOÇÕES DE INFORMÁTICA

17. Observe o arquivo a seguir, chamado Notas.csv, que está sendo importado pelo usuário para uma planilha no MS-Excel 2010, em sua configuração padrão, utilizando o item “De Texto”, do grupo “Obter Dados Externos”, da guia “Dados”.



Ao iniciar a importação do arquivo na primeira linha, utilizar o delimitador “ponto e vírgula” para separar os campos, definir o formato dos dados da coluna como Geral e inserir os dados em uma nova planilha, a partir da célula A1, o conteúdo da célula C4 será

- (A) 9
 - (B) 10
 - (C) 3,5
 - (D) 5
 - (E) 6,5
18. Observe a imagem a seguir, extraída do MS-Word 2010, em sua configuração original. Ela apresenta três parágrafos de um documento que está dividido em duas colunas.



Considere que os controles de quebras de página e coluna podem ser acessados no item “Quebras”, do grupo “Configurar Página”, da guia “Layout da Página”.

Ao se inserir uma quebra de coluna entre o primeiro e o segundo parágrafos,

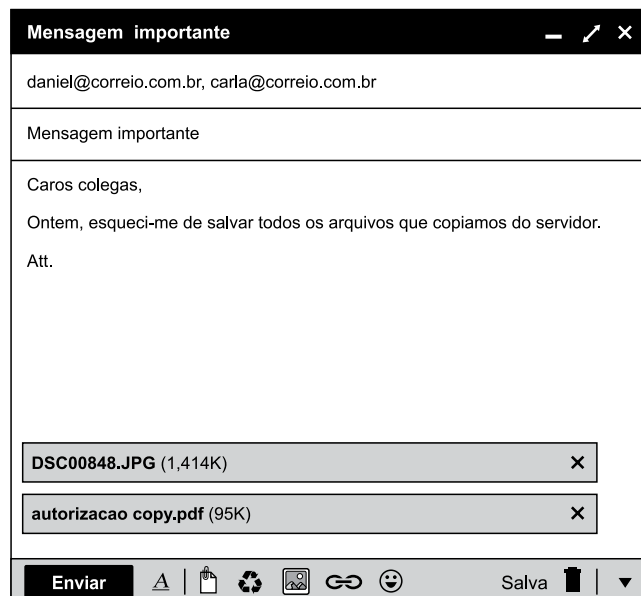
- (A) os três parágrafos serão descolados para uma nova página.
- (B) o segundo e o terceiro parágrafos serão descolados para a segunda coluna.
- (C) apenas o segundo parágrafo será descolado para a segunda coluna.
- (D) o segundo e o terceiro parágrafos serão descolados para uma nova página.
- (E) apenas o segundo parágrafo será descolado para uma nova página.

19. Observe o Painel de Animação a seguir, extraído do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão. O slide em edição contém apenas uma forma, o Retângulo 3.



Assinale a alternativa que contém a duração da animação (em segundos) aplicada ao Retângulo 3 no segundo clique, após o usuário iniciar o modo de apresentação de slides.

- (A) 6
(B) 4
(C) 0
(D) 2
(E) 8
20. No MS-Windows-7, em sua configuração padrão, para exibir a área de trabalho, o usuário pode utilizar o atalho de teclado
- (A) Tecla do logotipo do Windows + Z
(B) Tecla do logotipo do Windows + D
(C) Ctrl+Z
(D) Ctrl+A
(E) Ctrl+D
21. Observe a tela de edição de novas mensagens do GMAIL, acessada no navegador Google Chrome, versão 64.0.3282.



O valor “95K” exibido na imagem identifica

- (A) o tamanho do arquivo anexado.
(B) a quantidade de vezes que a mensagem foi “curtida”.
(C) um código de acesso para abrir o arquivo.
(D) a quantidade de vezes que a mensagem foi lida.
(E) a quantidade de arquivos anexados.

- 22.** Nos termos da Lei Estadual nº 10.177/1998, a respeito do direito de petição, assinale a alternativa correta.
- (A) O legitimado a exercê-lo deverá comprovar sua capacidade postulatória para defender seu interesse próprio ou de terceiros.
 - (B) É assegurado a qualquer pessoa física, sem o pagamento de taxas, e à jurídica, mediante pagamento das custas a serem definidas pelo respectivo órgão público.
 - (C) Em nenhuma hipótese, a Administração poderá recusar-se a protocolar a petição, sob pena de responsabilidade do agente.
 - (D) As entidades associativas poderão exercê-lo, em defesa dos direitos dos seus membros, independentemente de autorização de seus estatutos.
 - (E) É instrumento legal contra ilegalidade ou abuso de poder e para a defesa de direitos, garantido, exclusivamente, a todo aquele que comprovar sua condição de cidadão brasileiro.
- 23.** Determinado órgão público decide vender seus bens móveis considerados inservíveis. Nessa hipótese, a Lei nº 8.666/1993 dispõe que essa venda deverá ser realizada por meio de
- (A) tomada de preços.
 - (B) concurso.
 - (C) concorrência.
 - (D) leilão.
 - (E) convite.
- 24.** A empresa “X” foi contratada pelo poder público, nos termos da Lei nº 8.987/1995, por meio de concessão para prestação de serviço público, e pretende fazer uma subconcessão do serviço contratado. Essa pretensão da empresa concessionária “X”
- (A) é permitida pela Lei, mas o subconcessionário se sub-rogará em todos os direitos e obrigações da subconcedente, não se limitando ao contrato da subconcessão.
 - (B) é possível de forma parcial, mas o contrato celebrado entre a concessionária e o terceiro estabelecerá uma nova relação jurídica entre este e o poder concedente.
 - (C) é permitida por lei, mas a outorga de subconcessão deve ser precedida de tomada de preços, com a prévia e expressa anuência do poder público.
 - (D) não é admitida pela Lei e, portanto, não pode ser autorizada pelo poder concedente, resultando em nulidade de eventual contrato de subconcessão.
 - (E) é admitida pela Lei, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.
- 25.** Segundo disposto na Lei Estadual nº 7.835/1992, na hipótese de uma concessionária de serviço público paralisar a prestação do serviço sem justa causa, a referida Lei dispõe que poderá, após procedimento sumário que assegure o direito de defesa à concessionária, ser declarada(o)
- (A) a expropriação.
 - (B) a caducidade.
 - (C) a anulação.
 - (D) o resgate.
 - (E) a encampação.
- 26.** A respeito dos consórcios públicos, a Lei nº 11.107/2005 estabelece que
- (A) os consórcios podem ser contratados pelos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.
 - (B) os consórcios não poderão receber auxílios e subvenções de outros órgãos do governo.
 - (C) é vedada à União participar de consórcios públicos.
 - (D) é vedada a constituição de consórcios públicos na área da saúde.
 - (E) os consórcios constituídos sob a forma de associação pública não podem promover desapropriações.
- 27.** No tocante à responsabilidade, o Decreto Federal nº 6.017/2007, que disciplina os consórcios públicos, dispõe que
- (A) os consórcios e os entes federados consorciados respondem solidariamente pelas obrigações do consórcio público.
 - (B) em nenhuma hipótese, os dirigentes do consórcio público responderão pelas obrigações por ele contraídas.
 - (C) os entes da Federação consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público.
 - (D) os consórcios não podem ser responsabilizados pelas obrigações assumidas, mas somente os entes federados consorciados.
 - (E) os entes federados consorciados não poderão responder pelas obrigações assumidas pelo consórcio público.

28. Supondo que a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP aplique a uma empresa privada uma sanção por descumprimento contratual, e a empresa apenas apresente um recurso administrativo, este será julgado pela

- (A) Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos ou pela Secretaria de Energia e Mineração, de acordo com o caso, no exercício de uma função típica.
- (B) Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, que integra o Poder Legislativo, no exercício de uma função típica.
- (C) Secretaria de Energia e Mineração, que integra o Poder Executivo, no exercício de uma função típica.
- (D) Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, que integra o Poder Executivo, no exercício de uma função atípica.
- (E) Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, que integra o Poder Executivo, no exercício de função típica.

29. A Constituição do Estado de São Paulo prevê expressamente um princípio pelo qual pode ser exigida proporcionalidade entre os meios de que se utilize a Administração e os fins que ela tem que alcançar. Considera-se, ainda, que essa proporcionalidade deve ser medida não pelos critérios pessoais do administrador, mas segundo padrões comuns na sociedade em que vive; e não pode ser medida diante dos termos frios da lei, mas diante do caso concreto. O conceito ora enunciado refere-se ao princípio

- (A) da razoabilidade.
- (B) da finalidade.
- (C) do interesse público.
- (D) da motivação.
- (E) da eficiência.

30. Considere a seguinte situação hipotética:

Uma pessoa encaminha pedido ao Serviço de Informação ao Cidadão da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, por meio eletrônico, solicitando cópia do contrato de metas celebrado em 2015 entre esta e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A informação solicitada, o contrato de metas, está disponível ao público em geral, em formato eletrônico, na página de internet da ARSESP.

Nesse caso, o agente público competente para responder pelo Serviço de Informação ao Cidadão deverá, nos termos da Lei Federal nº 12.527/11 e do Decreto Estadual nº 58.052/12,

- (A) deferir o pedido e remeter, pela via eletrônica, ao endereço de correio eletrônico do interessado, obrigatoriamente fornecido no pedido, o arquivo que contém o contrato solicitado.
- (B) indeferir o pedido do interessado, pois o acesso à informação não compreende documentos referentes à utilização de recursos públicos em contratos administrativos.
- (C) informar o endereço eletrônico em que se encontra o contrato solicitado e encerrar a demanda, mesmo que o interessado declare que não possui acesso regular e contínuo à internet.
- (D) indeferir o pedido do interessado, por falta de interesse de agir, já que o documento solicitado se encontra disponível ao público em geral.
- (E) informar ao interessado, por escrito, o lugar e a forma pela qual ele poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, no caso, o endereço eletrônico em que o contrato está disponibilizado.

31. Considere a seguinte situação hipotética:

A diretoria da ARSESP, composta por 5 diretores, no exercício de suas funções, tomou uma decisão colegiada que veio a causar prejuízos à Agência. No entanto, Perseu, um dos diretores, estava ausente da reunião na qual foi tomada a decisão e não declarou, oportunamente, seu desacordo com o decidido. E Hércules, outro diretor, embora presente, amparado no Regimento Interno, havia manifestado formalmente seu desacordo com essa decisão. Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei Complementar nº 1.025/2007, no tocante à responsabilidade da Diretoria, é correto afirmar que

- (A) Perseu e Hércules não poderão ser responsabilizados, sendo responsáveis solidários apenas os três outros diretores.
- (B) nenhum diretor responderá pela decisão, uma vez que esta foi tomada pelo órgão colegiado, devendo apenas a ARSESP ser responsabilizada.
- (C) apenas Hércules não será responsabilizado pela decisão, em razão da discordância formal por ele manifestada.
- (D) apenas Perseu não será responsabilizado pela decisão, porque estava ausente da reunião, mesmo que não tenha se manifestado.
- (E) todos os diretores deverão responder solidariamente pela decisão que causou prejuízo à Agência.

32. Nos termos da Lei Complementar nº 1.025/2007, é correto afirmar que a representação judicial da ARSESP, com prerrogativas processuais de Fazenda Pública, será exercida

- (A) pelo seu Vice-Diretor Jurídico.
- (B) pela Diretoria Jurídica.
- (C) pela sua Assessoria Técnica.
- (D) pela Procuradoria Geral do Estado.
- (E) pela Assessoria Jurídica.

33. No que diz respeito à cessão de empregados da ARSESP a outros órgãos ou entidades da Administração Pública, o Decreto Estadual nº 52.455/2007 estabelece que é

- (A) vedada, exceto com prejuízo da remuneração, desde que autorizada pelo Governador.
- (B) vedada sem prejuízo da remuneração, exceto se a Diretoria declarar ser de interesse da autarquia.
- (C) permitida sem prejuízo da remuneração, e vedada, em qualquer caso, com prejuízo da remuneração.
- (D) permitida com ou sem prejuízo da remuneração, desde que solicitada pelo Secretário da Casa Civil.
- (E) expressamente vedada, em qualquer caso, com ou sem remuneração.

34. Nos termos do Decreto Estadual nº 52.455/2007, com relação às decisões da Diretoria da ARSESP sobre a aplicação de multas ou outras penalidades aos prestadores de serviços regulados, é correto afirmar que

- (A) caberá recurso ao respectivo Conselho de Orientação.
- (B) o interessado poderá solicitar revisão à própria Diretoria.
- (C) não caberá recurso.
- (D) caberá recurso ao Secretário Estadual de Saneamento e Energia.
- (E) caberá pedido de parcelamento, com exclusão de multa e juros, no prazo de 15 dias da decisão definitiva.

AGÊNCIAS REGULADORAS

35. O Órgão Regulador deve possuir uma base de informações técnicas e mercadológicas de boa qualidade, para poder exercer uma regulação eficiente e garantir a prestação do serviço público adequado, com tarifas módicas em um cenário empresarial competitivo. No entanto, se houver uma assimetria de informações, a ação da agência reguladora, sem uma base de dados e informações referentes ao negócio, essencial para balizar o nível da intervenção regulatória, pode ser menos efetiva na defesa do usuário ou até mesmo gerar risco significativo de inviabilizar a prestação do serviço. Essa teoria, que explora os problemas causados pela assimetria de informações, é denominada teoria

- (A) da captura.
- (B) das imperfeições do mercado.
- (C) do agente principal.
- (D) de equilíbrio dos mercados.
- (E) da regulação.

36. O Órgão Regulador pode estabelecer metas a serem atingidas pelas empresas que atuem nos setores regulados, buscando determinar as eficiências, tanto alocativa quanto produtiva, no setor. Essa técnica de regulação é denominada
- (A) *rate of return regulation*.
 - (B) controle de quantidade e de qualidade.
 - (C) subsídio cruzado.
 - (D) controle qualitativo.
 - (E) controle de entrada e saída.
37. Suponha que ocorra uma explosão de tubulação de gás canalizado a qual passe sob uma determinada rua e que este fato cause a morte de um pedestre, que transitava pelo local e não possui fornecimento de gás encanado em seu domicílio, situado em local muito distante daquele em que ocorreu o acidente. Diante do previsto no Código de Defesa do Consumidor, a concessionária do serviço de distribuição de gás canalizado responsável pela tubulação em questão
- (A) deve responder pela reparação dos danos causados à vítima, mediante a demonstração de dolo ou culpa, mas com direito de regresso em face do Poder Concedente, porque a vítima não se equipara a consumidor.
 - (B) deve responder, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados à vítima, pois a vítima do evento é equiparada ao consumidor para essa finalidade.
 - (C) não deve responder pela reparação dos danos causados à vítima, pois os serviços públicos somente são submetidos à disciplina do Código de Defesa do Consumidor se prestados diretamente pelo Estado.
 - (D) não deve responder pela reparação dos danos causados à vítima, pois os serviços públicos, sejam eles prestados diretamente pelo Estado, ou por terceiros, mediante concessão, não se submetem à disciplina do Código de Defesa do Consumidor.
 - (E) deve responder pela reparação dos danos causados à vítima, mediante a demonstração de dolo ou culpa, já que a vítima do evento não pode ser equiparada ao consumidor para essa finalidade.
38. Sobre o Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, um dos órgãos que compõem o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, assinale a alternativa correta.
- (A) Os cargos de Presidente e de Conselheiro são de dedicação exclusiva, não se admitindo qualquer acumulação, salvo as constitucionalmente permitidas.
 - (B) É vedado ao Presidente e aos Conselheiros, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data em que deixar o cargo, representar qualquer pessoa, física ou jurídica, ou interesse perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, ressalvada a defesa de direito próprio.
 - (C) O Tribunal Administrativo, órgão julgante, tem como membros 1 (um) Presidente e 4 (quatro) Conselheiros escolhidos entre cidadãos com mais de 30 (trinta) anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico.
 - (D) No caso de renúncia, morte, ou perda de mandato do Conselheiro, o cargo permanecerá vago até o final do período correspondente ao fim do mandato.
 - (E) É permitido, ao Presidente e ao Conselheiro, emitir parecer sobre matéria de sua especialização, ainda que em tese, ou funcionar como Consultor de qualquer tipo de empresa.
39. Assinale a alternativa correta sobre o Programa de Leniência regulamentado na Lei que disciplina o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.
- (A) O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), por intermédio do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, poderá celebrar acordo de leniência com a extinção da ação punitiva da administração pública ou a redução da penalidade aplicável.
 - (B) Da colaboração das pessoas físicas ou jurídicas, deve, efetivamente, resultar a identificação dos demais envolvidos na infração ou a obtenção de informações e documentos que comprovem a infração noticiada ou sob investigação.
 - (C) Para poderem celebrar o acordo de leniência, as pessoas físicas ou jurídicas que forem autoras de infração à ordem econômica devem colaborar efetivamente com as investigações e o processo administrativo, e, dessa colaboração, basta resultar a identificação dos demais envolvidos na infração.
 - (D) O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), por intermédio da Superintendência-Geral, poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas físicas ou jurídicas que forem autoras de infração à ordem econômica.
 - (E) Em caso de descumprimento do acordo de leniência, o beneficiário ficará impedido de celebrar novo acordo de leniência pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de seu julgamento.

40. Acerca dos atos de concentração, é correto afirmar que

- (A) as mudanças de controle acionário de companhias abertas e os registros de fusão, sem prejuízo da obrigação das partes envolvidas, devem ser comunicados ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Departamento Nacional do Registro do Comércio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, respectivamente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis para, se for o caso, serem examinados.
- (B) o controle dos atos de concentração será prévio e realizado em, no máximo, 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar do protocolo de petição ou de sua emenda.
- (C) o Conselho Administrativo de Defesa Econômica regulamentará, por meio de Decreto, a análise prévia de atos de concentração realizados com o propósito específico de participação em leilões, licitações e operações de aquisição de ações por meio de oferta pública.
- (D) serão permitidos os atos de concentração que impliquem eliminação da concorrência em parte substancial de mercado relevante, que possam criar ou reforçar uma posição dominante ou que possam resultar na dominação de mercado relevante de bens ou serviços.
- (E) os atos que se subsumirem ao caput do artigo 88 da Lei nº 12.529/2011 não podem ser consumados antes de apreciados, nos termos deste artigo e do procedimento previsto no Capítulo II do Título VI desta Lei, sob pena de nulidade, sendo ainda imposta multa pecuniária e aberto processo administrativo, se for o caso.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

41. Verificada a necessidade de expandir e melhorar sua rede de atendimento hospitalar, determinado Município pretende delegar a terceiros, mediante licitação na modalidade de concorrência, a execução das obras de engenharia dos prédios dos hospitais e toda a prestação dos serviços hospitalares, incluindo o fornecimento das máquinas, dos bens e insumos e de mão de obra habilitada ao atendimento da população, inclusive médicos, além do gerenciamento de toda estrutura. O prazo previsto para a vigência do contrato é de 25 anos, o valor estimado da contratação é de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) e a remuneração do contratado será realizada integralmente pela Municipalidade. Nesses termos, o instrumento legal a ser utilizado pela Municipalidade para realizar a delegação é
- (A) o contrato de empreitada.
 - (B) a concessão patrocinada.
 - (C) a concessão administrativa.
 - (D) a contratação integrada.
 - (E) a concessão comum.
42. Nos termos da Constituição Federal de 1988, é de competência estadual a exploração dos serviços
- (A) locais de gás canalizado.
 - (B) de portos marítimos, fluviais e lacustre.
 - (C) de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
 - (D) de navegação aérea, aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária.
 - (E) e instalações de energia elétrica.

- 43.** Servidor de agência reguladora vai participar de um Congresso sobre saneamento básico em outro estado da federação. Para cobrir os custos de deslocamento e hospedagem, recebe um determinado montante de dinheiro, no regime de adiantamento. Em relação à fiscalização do Tribunal de Contas sobre essa despesa e considerando as disposições constantes da Lei Complementar nº 709/93, é correto afirmar que
- (A) os servidores públicos das agências reguladoras não se sujeitam ao processo de prestação de contas relativas a adiantamentos junto ao Tribunal de Contas, porque este somente se aplica aos servidores da administração direta.
 - (B) o processo de prestação de contas deverá ser constituído de comprovantes originais de despesa, cuja autorização, por quem de direito, deverá constar expressamente dos autos.
 - (C) o responsável pela unidade de despesa deverá comunicar ao Tribunal de Contas, no prazo de seis meses, a entrega do numerário levantado sob o regime de adiantamento, relacionando o servidor que o recebeu e a quantia recebida.
 - (D) é vedada, em qualquer hipótese, a aceitação de comprovante de despesa que se refira a período diverso daquele para o qual foi concedido o adiantamento.
 - (E) a comprovação ou justificação da despesa poderá ser realizada por qualquer meio, desde que autorizada pelo ordenador de despesas.
- 44.** A Lei Federal de Processo Administrativo prevê a possibilidade de interposição de recurso das decisões administrativas, em face de razões de legalidade e de mérito, podendo-se afirmar que
- (A) a interposição de recurso independe de caução, salvo se houver exigência legal.
 - (B) o prazo para interposição de recurso administrativo é de quinze dias, contados a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
 - (C) o recurso administrativo tramitará, no máximo, por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
 - (D) o recurso deverá ser dirigido à autoridade imediatamente superior àquela que proferiu a decisão.
 - (E) salvo disposição legal em contrário, os recursos terão efeito suspensivo e devolutivo.
- 45.** Além das cláusulas obrigatórias previstas no artigo 23 da Lei nº 8.987/95, os contratos de parceria público-privada deverão obrigatoriamente prever
- (A) a repartição de riscos entre as partes, exceto em relação à álea econômica extraordinária.
 - (B) a possibilidade de emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração Pública.
 - (C) a legitimidade dos financiadores do projeto para receber indenizações por extinção antecipada do contrato, bem como pagamentos efetuados pelos fundos e empresas estatais garantidores de parcerias público-privadas.
 - (D) o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado.
 - (E) o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 3 (três), nem superior a 30 (trinta) anos, incluindo eventual prorrogação.
- 46.** Quinze dias após passada em julgado a decisão que considerou irregulares as contas apresentadas pelo gestor de uma autarquia no processo de tomada de contas, verifica-se que houve erro de classificação de uma das verbas consideradas pelo Tribunal em sua decisão. Havendo documentos que comprovem o desacerto da classificação considerada pelo Tribunal de Contas em sua decisão e observado o prazo prescricional, o gestor poderá apresentar
- (A) pedido de reconsideração.
 - (B) recurso ordinário.
 - (C) embargos de declaração.
 - (D) pedido de revisão.
 - (E) pedido de reexame.
- 47.** O interessado deve ser intimado de todos os atos do processo administrativo que imponham deveres, ônus e sanções ou restrição ao exercício de seus direitos ou atividades. Sobre a intimação, é correto afirmar:
- (A) nos casos em que determinar o comparecimento pessoal do interessado, deverá observar a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis quanto à data de comparecimento.
 - (B) deve ser efetuada por ciência no processo, não sendo admitida a intimação por via postal com aviso de recebimento ou por telegrama.
 - (C) o seu desatendimento importa no reconhecimento da verdade dos fatos e na renúncia do direito pelo administrado.
 - (D) no caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação em jornal de circulação nacional.
 - (E) o comparecimento do administrado supre a falta ou irregularidade das intimações realizadas sem a observância das prescrições legais.

48. Na licitação para a celebração de parceria público-privada na modalidade patrocinada, a autoridade administrativa poderá utilizar como critério de julgamento
- (A) a melhor proposta em razão da combinação dos critérios de maior oferta pela outorga da concessão com o de melhor técnica.
 - (B) a melhor proposta em razão da combinação dos critérios de menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado com o de melhor técnica.
 - (C) a maior oferta, nos casos de pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão.
 - (D) a melhor oferta de pagamento pela outorga, após qualificação de propostas técnicas.
 - (E) a melhor proposta técnica, com preço fixado no edital.
49. Nos termos do artigo 3º da Constituição Federal de 1988, é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil garantir
- (A) o pluralismo político.
 - (B) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
 - (C) o desenvolvimento nacional.
 - (D) a dignidade da pessoa humana.
 - (E) a cidadania.
50. Considerando as disposições da Lei nº 11.079/04, sobre as parcerias público-privadas (PPP), é correto afirmar:
- (A) a realização de concessão patrocinada depende de autorização legislativa prévia e genérica.
 - (B) os estudos de engenharia para a definição do valor do investimento da PPP deverão ter nível de detalhamento de projeto executivo.
 - (C) sempre que a assinatura do contrato ocorrer em exercício diverso daquele em que for publicado o edital, deverá ser precedida da atualização dos estudos e demonstrações referidos na lei.
 - (D) a submissão da minuta de edital e do contrato à consulta pública é facultativa, fixando-se prazo mínimo de 15 (quinze) dias para recebimento de sugestões.
 - (E) é obrigatória a utilização da arbitragem como mecanismo de resolução de disputas decorrentes do contrato.
51. Compete ao Tribunal de Contas do Estado julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, incluídas as fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público estadual, e as contas daqueles que derem perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário. As contas serão julgadas regulares com ressalva quando
- (A) houver indícios da existência de infração à norma legal ou regulamentar, que não gere dano ao erário.
 - (B) for comprovada a ocorrência de omissão parcial culposa no dever de prestar contas.
 - (C) houver reincidência no descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feita em processo de tomada ou prestação de contas.
 - (D) comprovada a realização de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, que gere dano ao erário.
 - (E) evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, de que não resulte dano ao erário.
52. De acordo com a Constituição Federal de 1988,
- (A) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
 - (B) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
 - (C) salvo disposição expressa em lei, é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
 - (D) o servidor público de autarquia poderá exercer mandato eletivo e ficará afastado de seu cargo, emprego ou função se o mandato eletivo for federal, estadual ou distrital.
 - (E) a proibição de se acumularem cargos públicos remunerados não se estende a empregos e funções, nem abrange autarquias e as fundações.
53. Nos termos da lei de processo administrativo federal, é dever do administrado
- (A) prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
 - (B) formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
 - (C) ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha condição de interessado.
 - (D) fazer-se assistir por advogado, sendo obrigatória a representação por força de lei.
 - (E) facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.

- 54.** Compete ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
- (A) julgar a legalidade dos atos concessórios de aposentadoria, reforma ou pensão, ressalvada melhoria posterior que não altere o fundamento legal da concessão.
 - (B) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado, mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere.
 - (C) emitir parecer sobre as contas dos gestores e demais responsáveis por bens e valores públicos da administração direta e autarquias.
 - (D) fiscalizar a execução das metas previstas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual.
 - (E) julgar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado.
- 55.** Usuário de serviço público estadual protocola representação junto a Agência Reguladora, informando que determinada concessionária de serviços públicos não realizou a manutenção de suas instalações, que se encontram sujas, mal sinalizadas e inadequadas ao serviço. A representação encontra-se devidamente fundamentada e vem acompanhada de provas. Nesse caso, a agência deverá
- (A) encaminhar a representação para a Comissão de Ética, a quem compete prevenir e corrigir os atos dos concessionários que importem em ofensa aos direitos dos usuários de serviços públicos.
 - (B) iniciar procedimento administrativo para apurar se a concessionária violou o direito do usuário de receber um serviço público de boa qualidade.
 - (C) encaminhar a representação à Corregedoria Geral da Administração Pública para que seja instaurado procedimento administrativo para apurar a conduta do concessionário.
 - (D) instaurar procedimento para apurar violação do direito do usuário de receber um serviço público de boa qualidade apenas se houver pedido dos órgãos ou entidades de defesa do consumidor.
 - (E) apurar se houve falha na fiscalização da prestação dos serviços pela agência, pois a concessionária não se submete à lei de proteção e defesa do usuário de serviço público.
- 56.** Nos termos da Lei Federal de Processo Administrativo, é correto afirmar que a competência
- (A) para iniciar o processo administrativo, nos casos em que não houver previsão legal específica, é da autoridade de maior grau hierárquico para decidir.
 - (B) pode ser delegada em sua totalidade a outros órgãos ou titulares quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social ou econômica.
 - (C) para decidir recursos administrativos pode ser delegada a outros órgãos ou titulares, em caso de manifesto interesse público.
 - (D) se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo se houver renúncia.
 - (E) admite delegação ou avocação nos casos legalmente previstos, mas é irrenunciável.
- 57.** Os atos administrativos poderão ser convalidados pela própria Administração
- (A) quando apresentarem defeitos sanáveis que não acarretem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
 - (B) no prazo decadencial de cinco anos, quando gerarem efeitos favoráveis aos administrados.
 - (C) quando apresentarem erro material, ainda que cause prejuízo a terceiros.
 - (D) quando eivados por vícios de legalidade, ainda que cause prejuízos a terceiros.
 - (E) por razões de conveniência ou oportunidade.
- 58.** O atendimento pessoal, por telefone ou outra via eletrônica, deve ser oferecido aos usuários do serviço público, pois constitui direito do usuário
- (A) ao controle adequado do serviço.
 - (B) à economicidade.
 - (C) à informação.
 - (D) à qualidade do serviço.
 - (E) à impessoalidade.
- 59.** De acordo com a Lei Federal de Processo Administrativo, a Administração Pública deverá obedecer, dentre outros, o princípio
- (A) da economicidade.
 - (B) do livre convencimento motivado.
 - (C) da especificação.
 - (D) da finalidade.
 - (E) da supremacia do interesse público.
- 60.** Acerca do regime jurídico das autarquias previsto na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que
- (A) as autarquias devem ser criadas por meio de lei específica e registradas na Junta Comercial.
 - (B) o estatuto jurídico da autarquia deverá dispor sobre a licitação e a contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da Administração Pública.
 - (C) a remuneração dos servidores das autarquias poderá exceder o subsídio mensal em espécie do governador do estado.
 - (D) a livre associação sindical é vedada aos servidores de autarquia.
 - (E) os pagamentos devidos pelas autarquias em virtude de sentença judiciária devem observar o regime dos precatórios.

ASPECTOS TÉCNICOS

61. Assinale a alternativa que descreve corretamente o cálculo da taxa de fiscalização da concessão de distribuição.

(A) $TFd = [Ed/(FC \times 8,76)] \times Du$ onde: TFd = taxa de fiscalização da concessão de distribuição, Ed = energia anual faturada com o serviço concedido de distribuição, em megawatt-hora, FC = fator de carga médio anual das instalações de distribuição vinculadas ao serviço concedido e Du = 0,5% do valor unitário do benefício anual decorrente da exploração do serviço de distribuição.

(B) $TFd = [Ed/(FC \times 8,76)] \times Du$ onde: TFd = taxa de fiscalização da concessão de distribuição, Ed = energia anual faturada com o serviço concedido de distribuição, em megawatt-hora, FC = fator de carga médio anual das instalações de distribuição vinculadas ao serviço concedido e Du = 0,75% do valor unitário do benefício anual decorrente da exploração do serviço de distribuição.

(C) $TFd = [Ed/(FC \times 8,76)] \times Du$ onde: TFd = taxa de fiscalização da concessão de distribuição, Ed = energia anual faturada com o serviço concedido de distribuição, em megawatt-hora, FC = fator de carga médio anual das instalações de distribuição vinculadas ao serviço concedido e Du = 1% do valor unitário do benefício anual decorrente da exploração do serviço de distribuição.

(D) $TFd = [Ed/(FC \times 8,76)] \times Du$ onde: TFd = taxa de fiscalização da concessão de distribuição, Ed = energia anual faturada com o serviço concedido de distribuição, em kilowatt-hora, FC = fator de carga médio anual das instalações de distribuição vinculadas ao serviço concedido e Du = 1% do valor unitário do benefício anual decorrente da exploração do serviço de distribuição.

(E) $TFd = [Ed/(FC \times 8,76)] \times Du$ onde: TFd = taxa de fiscalização da concessão de distribuição, Ed = energia anual faturada com o serviço concedido de distribuição, em kilowatt-hora, FC = fator de carga médio anual das instalações de distribuição vinculadas ao serviço concedido e Du = 0,5% do valor unitário do benefício anual decorrente da exploração do serviço de distribuição.

62. A descentralização abrangerá os serviços e instalações de energia elétrica prestados e situados no território da respectiva unidade federativa, exceto

(A) todos os de geração e de transmissão.

(B) todos de geração e os de subtransmissão.

(C) todos os de geração e os de transmissão não integrantes da rede básica.

(D) os de geração de interesse do sistema elétrico interligado e os de transmissão integrante da rede básica.

(E) todos os de geração e os de transmissão integrantes da rede básica.

63. Quanto ao grupo A, que é o agrupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão igual ou superior a 2,3 kV, ou dos grupos atendidos a partir de sistema subterrâneo de distribuição em tensão secundária, caracterizado pela tarifa binômia, assinale a alternativa correta.

(A) O subgrupo A5 é o de tensão de fornecimento de 2,3 kV a 25 kV.

(B) O subgrupo A4 é o de tensão de fornecimento de 45 kV.

(C) O subgrupo A2 é o de tensão de fornecimento de 88 kV a 138 kV.

(D) O subgrupo A0 é o de tensão de fornecimento igual ou superior a 230 kV.

(E) O subgrupo A3a é o de tensão de fornecimento de 69 kV.

64. Quanto à modalidade tarifária horária branca, é correto afirmar que é aplicada às unidades consumidoras do grupo B, exceto para o subgrupo

(A) B2 e para as subclasses Baixa Renda do subgrupo B1, caracterizadas por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, de acordo com as horas de utilização do dia.

(B) B4 e para as subclasses Baixa Renda do subgrupo B1, caracterizadas por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, de acordo com as horas de utilização do dia.

(C) B3 e para as subclasses Baixa Renda do subgrupo B5, caracterizadas por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, de acordo com as horas de utilização do dia.

(D) B2 e para as subclasses Baixa Renda do subgrupo B3, caracterizadas por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, de acordo com as horas de utilização do dia.

(E) B3 e para as subclasses Baixa Renda do subgrupo B1, caracterizadas por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, de acordo com as horas de utilização do dia.

- 65.** Quanto às definições utilizadas para tarifação binômia dos períodos seco e úmido e de horário de ponta, é correto afirmar que o período úmido é referente
- (A) aos meses de novembro de um ano a abril do ano seguinte, o período seco é referente aos meses de maio a outubro e o horário de ponta é o período composto por 3 (três) horas diárias consecutivas definidas pela distribuidora considerando a curva de carga de seu sistema elétrico, aprovado pela ANEEL para toda a área de concessão.
 - (B) aos meses de outubro de um ano a abril do ano seguinte, o período seco é referente aos meses de maio a setembro e o horário de ponta é o período composto por 3 (três) horas diárias consecutivas definidas pela distribuidora considerando a curva de carga de seu sistema elétrico, aprovado pela ANEEL para toda a área de concessão.
 - (C) aos meses de dezembro de um ano a abril do ano seguinte, o período seco é referente aos meses de maio a novembro e o horário de ponta é o período composto por 3 (três) horas diárias consecutivas definidas pela distribuidora considerando a curva de carga de seu sistema elétrico, aprovado pela ANEEL para toda a área de concessão.
 - (D) aos meses de novembro de um ano a abril do ano seguinte, o período seco é referente aos meses de maio a novembro e o horário de ponta é o período composto por 4 (quatro) horas diárias consecutivas definidas pela distribuidora considerando a curva de carga de seu sistema elétrico, aprovado pela ANEEL para toda a área de concessão.
 - (E) aos meses de dezembro de um ano a abril do ano seguinte, o período seco é referente aos meses de maio a novembro e o horário de ponta é o período composto por 4 (quatro) horas diárias consecutivas definidas pela distribuidora considerando a curva de carga de seu sistema elétrico, aprovado pela ANEEL para toda a área de concessão.
- 66.** Quanto às classes tarifárias azul e verde da tarifação binomia, é correto afirmar que
- (A) as duas classes tarifárias não têm tarifa diferenciada para demanda para postos tarifários de ponta e fora de ponta.
 - (B) a azul tem uma tarifa de demanda para o posto tarifário da ponta e outra para o fora de ponta (R\$/kW).
 - (C) as duas classes tarifárias não têm tarifa diferenciada para energia elétrica para postos tarifários de ponta e fora de ponta.
 - (D) as duas classes tarifárias têm tarifa diferenciada para demanda para postos tarifários de ponta e fora de ponta.
 - (E) a verde tem uma tarifa de demanda para o posto tarifário da ponta e outra para o fora de ponta (R\$/kW).
- 67.** É correto afirmar que as unidades consumidoras pertencentes ao grupo A devem ser enquadradas nas modalidades tarifárias conforme os seguintes critérios:
- (A) na modalidade tarifária horária convencional, aquelas com tensão de fornecimento igual ou superior a 69 kV.
 - (B) na modalidade tarifária convencional binômia, de acordo com a opção do consumidor, aquelas com tensão de fornecimento inferior a 69 kV e demanda contratada igual ou superior a 300 kW.
 - (C) na modalidade tarifária horária verde, aquelas com tensão de fornecimento igual ou superior a 69 kV.
 - (D) na modalidade tarifária horária azul, de acordo com a opção do consumidor, aquelas com tensão de fornecimento superior a 69 kV e demanda contratada igual ou superior a 300 kW.
 - (E) na modalidade tarifária convencional binômia, ou horária azul ou verde, de acordo com a opção do consumidor, aquelas com tensão de fornecimento inferior a 69 kV e demanda contratada inferior a 300 kW.

- 68.** As empresas distribuidoras de energia elétrica devem restabelecer o fornecimento nos seguintes prazos, contados ininterruptamente:
- (A) 12 (doze) horas para religação normal de unidade consumidora localizada em área urbana.
 - (B) 12 (doze) horas para religação de urgência de unidade consumidora localizada em área rural.
 - (C) 24 (vinte e quatro) horas para religação normal de unidade consumidora localizada em área urbana.
 - (D) 8 (oito) horas para religação normal de unidade consumidora localizada em área urbana.
 - (E) 12 (doze) horas para religação de urgência de unidade consumidora localizada em área urbana.
- 69.** Denomina-se Gás Veicular o combustível gasoso, tipicamente proveniente do Gás Natural, destinado ao uso veicular e cujo componente principal é o
- (A) metano, observadas as especificações estabelecidas pela ANP.
 - (B) etano, observadas as especificações estabelecidas pela ANP.
 - (C) pentano, observadas as especificações estabelecidas pela ANP.
 - (D) butano, observadas as especificações estabelecidas pela ANP.
 - (E) propano, observadas as especificações estabelecidas pela ANP.
- 70.** Constatado o rompimento indevido ou a violação dos selos ou lacres destacados ou, ainda, na ocorrência de alterações nas características originais da aplicação feita pela Concessionária, mesmo que tal situação não tenha provocado redução no faturamento, a Concessionária poderá cobrar, sem prejuízo das ações judiciais que decidir promover, a título de custo administrativo, na primeira Conta de Gás emitida após a constatação da irregularidade, o valor adicional correspondente a
- (A) 10% (dez por cento) do consumo médio verificado nos três ciclos de faturamento anteriores, ressalvada a situação considerada no em artigo específico, e desde que haja comprovação de que o rompimento, a violação ou a alteração tenha sido realizada em período sob responsabilidade do Usuário.
 - (B) 10% (dez por cento) do consumo médio verificado nos seis ciclos de faturamento anteriores, ressalvada a situação considerada em artigo específico, e desde que haja comprovação de que o rompimento, a violação ou a alteração tenha sido realizada em período sob responsabilidade do Usuário.
 - (C) 20% (vinte por cento) do consumo médio verificado nos doze ciclos de faturamento anteriores, ressalvada a situação considerada em artigo específico, e desde que haja comprovação de que o rompimento, a violação ou a alteração tenha sido realizada em período sob responsabilidade do Usuário.
 - (D) 10% (dez por cento) do consumo médio verificado nos doze ciclos de faturamento anteriores, ressalvada a situação considerada em artigo específico, e desde que haja comprovação de que o rompimento, a violação ou a alteração tenha sido realizada em período sob responsabilidade do Usuário.
 - (E) 15% (quinze por cento) do consumo médio verificado nos doze ciclos de faturamento anteriores, ressalvada a situação considerada em artigo específico, e desde que haja comprovação de que o rompimento, a violação ou a alteração tenha sido realizada em período sob responsabilidade do Usuário.

- 71.** Conforme dispõe a legislação que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, faz parte dos instrumentos para essa política:
- (A) o enquadramento dos corpos d'água de acordo com o seu padrão de qualidade.
 - (B) a cobrança pelo uso de recursos hídricos no caso de atividades industriais e agrícolas.
 - (C) a compensação a estados e ao Distrito Federal.
 - (D) a elaboração de Planos de Recursos Hídricos por unidade lêntica ou lótica.
 - (E) a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.
- 72.** Em relação aos serviços públicos de abastecimento de água, o Decreto nº 7.217/2010
- (A) define que a remuneração pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água não pode ser fixada com base no volume consumido de água e nem ser progressiva, em razão do consumo.
 - (B) determina que o prestador de serviço responsável pela distribuição de água potável tem obrigação de proceder à vigilância da qualidade da água para consumo humano, substituindo assim o poder público.
 - (C) dispõe que os prestadores de serviço de abastecimento de água ficam dispensados de informar a população sobre os procedimentos em situações normais e de emergência, atendendo ao estabelecido pela autoridade competente.
 - (D) destaca que os parâmetros e padrões de qualidade da água para abastecimento público e os procedimentos para controle e vigilância de sua qualidade são de responsabilidade do Ministério da Saúde.
 - (E) estabelece que a instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água poderá ser também alimentada por outras fontes.
- 73.** A Lei nº 12.305/2010 estabelece que os municípios com menos de 20 000 habitantes podem usar um plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos com conteúdo simplificado desde que
- (A) estejam localizados em Unidade de Conservação.
 - (B) não sejam integrantes de áreas de especial interesse turístico.
 - (C) estejam inseridos em área de influência de mineradoras.
 - (D) o órgão responsável pelo licenciamento ambiental do município assim o aprove.
 - (E) não estejam inseridos no plano de saneamento básico.
- 74.** Segundo a lei que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, está sujeito à outorga pelo Poder Público o seguinte uso da água:
- (A) aproveitamento de potenciais hidrelétricos.
 - (B) acumulação de água em meio rural, qualquer que seja o volume.
 - (C) satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais no meio rural.
 - (D) extração de água freática para consumo próprio em qualquer volume.
 - (E) derivação, captação e lançamento em quaisquer que sejam os volumes.
- 75.** Nas áreas de disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos, a
- (A) matéria orgânica presente deve ser direcionada à alimentação de animais presentes na área.
 - (B) instância pública deve ser inteiramente responsável pela gestão desse material.
 - (C) fixação de habitações temporárias ou permanentes é proibida.
 - (D) remoção de resíduos de saúde presentes deve ser feita pelos trabalhadores do local.
 - (E) catação deve ser estimulada, visando à redução do volume do material depositado.
- 76.** Segundo o Guia de orientação para gestores municipais sobre a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, qual a denominação dada quando há o estabelecimento das obrigações de um ente da Federação (podendo ser entidade que integre a Administração Indireta) em face de outro ente da Federação para a prestação de serviços públicos ou para a transferência de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários aos serviços transferidos?
- (A) Consórcio público.
 - (B) Convênio de participação.
 - (C) Contraprestação pública.
 - (D) Contrato de programa.
 - (E) Concessão administrativa.

77. Assinale a alternativa que apresenta a correspondência correta entre o tipo de subsídio e a sua respectiva classificação.
- (A) Diretos: quando integrarem a estrutura tarifária.
 - (B) Tarifários: quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções.
 - (C) Internos: se destinados a determinados usuários.
 - (D) Fiscais: aqueles concedidos no âmbito territorial de cada titular.
 - (E) Indiretos: quando destinados a prestador de serviços públicos.
78. Nas condições gerais para a prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, atendendo a Deliberação Arsesp nº 106/2009, o ponto de entrega de água deverá situar-se na testada do terreno com o logradouro público, em local de fácil acesso, que permita a instalação do padrão de ligação e leitura do medidor e
- (A) o prestador de serviço poderá desenvolver padrão de ligação de água específico para ligação que apresente característica especial, devida e formalmente caracterizada pelo usuário e pelo prestador de serviço.
 - (B) o modelo para o padrão de ligação de água elaborado pelo usuário deverá ter aval de um engenheiro técnico responsável para ser prontamente aceito pelo prestador ao usuário.
 - (C) havendo conveniência e interesse do usuário, observados os padrões do prestador de serviço, o ponto de entrega poderá situar-se dentro do imóvel em que se localiza a unidade.
 - (D) quando houver uma ou mais propriedades entre a via pública e o imóvel em que se localiza a unidade usuária, o ponto de entrega deverá situar-se sempre no imóvel em que se localiza a unidade usuária.
 - (E) o usuário do serviço deverá elaborar o descritivo do padrão de ligação de água, compreendendo, no mínimo, o tipo do material e dimensões das tubulações, conexões, medidor, caixa de proteção e lacres.
79. Com base nas práticas atuais propostas na legislação sobre resíduos sólidos, os programas de gestão devem priorizar:
- (A) reutilização.
 - (B) tratamento convencional.
 - (C) redução.
 - (D) não geração.
 - (E) reciclagem.
80. Consideram-se ligações de água e/ou esgoto temporárias as que se destinem a canteiro de obra, obras em logradouros públicos, feiras, circos, exposições, parque de diversões, eventos e outros estabelecimentos de caráter temporário. Essas ligações devem
- (A) ter o fornecimento à unidade usuária de caráter não permanente garantido, independentemente da capacidade do sistema de abastecimento de água ou esgotamento sanitário.
 - (B) ser solicitadas com a prestação de documentos que representam as instalações e autorizem a utilização do local, emitidos por órgãos competentes, e demais documentos exigidos pelo prestador de serviço.
 - (C) ser pagas ao prestador de serviço obrigatoriamente no ato da contratação com base no consumo calculado pelo interessado.
 - (D) ter prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias úteis, não podendo haver prorrogação.
 - (E) ter as despesas com instalação e retirada de rede e ramais de caráter temporário, bem como as relativas aos serviços de ligação e desligamento, cobertas pelo prestador de serviço.